

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.570 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2002

Hartung defende maior acesso a mercados internacionais



O senador Paulo Hartung considera fundamental o acesso dos produtos brasileiros a novos mercados para que se alcance o equilíbrio do balanço de pagamentos e a retomada do crescimento econômico. Ao observar que a má situação das contas externas tem tornado o país muito vulnerável, Hartung recomenda também a substituição de importações. Ele destaca que o aumento do superávit comercial deve ser objetivo de todo governo.

Para Paulo Hartung, fortalecimento do Mercosul aumenta presença brasileira no cenário mundial

PÁGINA 4



Fotos: Roosevelt Fimheiro

Ramez Tebet e Iris Rezende destacam alcance das propostas sugeridas por deputados e senadores

Comissão ajuda no combate à violência

O trabalho da Comissão Mista de Segurança Pública é avaliado positivamente pelos presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da comissão, Iris Rezende. Nove propostas do grupo foram aprovadas pelo Plenário.

PÁGINA 3



Grande número de visitantes tem procurado todos os dias o estande do Senado na VI Feira Pan-Amazônica do Livro

Banco de dados do Senado atrai público em feira no Pará

Dois computadores de última geração que oferecem acesso rápido ao banco de dados do Senado estão entre as atrações da VI Feira Pan-Amazônica do Livro, em Belém (PA). Os visitantes podem consultar no local textos integrais de leis e as páginas dos senadores, entre diversas outras informações.

O estande montado pela Casa na feira paraense oferece também publicações do Conselho Editorial e de legislação atualizada e uma exposição de documentos raros.

PÁGINA 2

Propostas para erradicar trabalho escravo recebem apoio da OIT

As mudanças propostas na legislação para combater o trabalho escravo no Brasil foram elogiadas ontem por Robert Plant, diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ele esteve com o senador Waldeck Ornélas, a quem convidou para participar de jornada sobre o tema, que começa hoje. Ornélas, autor de proposta de emenda constitucional e de projeto de lei destinados a punir com mais rigor o trabalho escravo, lembrou que o senador Ademir Andrade propôs o confisco de áreas onde houver trabalho escravo.



Roosevelt Fimheiro

Ornélas é autor de duas propostas que visam punir com mais rigor o trabalho escravo no país

PÁGINA 4

Banco de dados do Senado disponível em feira de livro

Estande montado na VI Feira Pan-Amazônica, em Belém, oferece aos visitantes computadores de última geração para consulta, via Internet

O público que visita o estande do Senado na VI Feira Pan-Amazônica do Livro, em Belém, pode ter acesso às bases de dados do Senado a partir de dois computadores de última geração, com monitores de cristal líquido, instalados no local. As máquinas estão disponíveis aos visitantes para consultas por meio da página do Senado na Internet, conectada em banda larga.

Entre as informações que podem ser consultadas está a legislação brasileira atualizada e com textos disponíveis na íntegra. Quando os visitantes não encontram a legislação de seu interesse, técnicos do Senado no estande pesquisam a informação e fornecem cópia do documento à pessoa.

O site do Senado traz ainda acesso às páginas dos senadores e ao formulário de envio de perguntas ou sugestões ao serviço A Voz do Cidadão. Muitos dos usuários usam a oportunidade para sugerir alterações nas leis brasileiras

Público tem realizado pesquisas sobre a legislação brasileira e enviado sugestões

ou para solicitar assinaturas do *Jornal do Senado*. Toda a área de comunicação do Senado é bastante freqüentada pelo usuários da Internet nas feiras de livros.

Veredores e administradores de municípios vizinhos aos locais onde ocorrem os eventos literários são orientados a utilizar o serviço de acompanhamento do Orçamento da União, que está aberto para consulta nas páginas do Senado. Livreiros, acadêmicos, profissionais da área de direito e bibliotecários, entre outros, são apresentados à Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) encabeçada pela Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado Federal.

Outro serviço conhecido dos servidores da Casa e muito utilizado pelo público dos eventos literários é o Portal de Pesquisas Legislativas, em que podem ser consultados os projetos de lei e as propostas de emenda à Constituição. O portal também oferece acesso fácil a dados sobre a atual

ção de cada um dos senadores em exercício, além de consultas prontas, como as últimas matérias apresentadas e as propostas em tramitação mais pesquisadas.

PESQUISA

Um dos visitantes da Feira do Livro de Belém, por exemplo, solicitou uma pesquisa referente à cobrança de impostos sobre o dinheiro coletado por igrejas. Membro de uma igreja evangélica, o visitante também procurou algo na legislação que imponha limites ao nível de ruído emitido por um templo durante o culto.

Diversos exemplos como esse podem ser relatados pelo representante do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) na Comissão de Feiras de Livros, Thales Augusto Vieira. Em outro caso curioso, ocorrido no último domingo, um cidadão pediu informações sobre Luís Carlos Prestes, que foi senador entre 1945 e 1946. No banco de dados constavam diversas informações sobre o ex-líder comunista, repassadas ao visitante. O site do Senado na Internet é www.senado.gov.br.

ILB deve lançar radionovela para divulgar a Constituição

Popularizar a Constituição brasileira por meio de uma radionovela é um dos principais projetos que a área de educação a distância, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), deve lançar em 2003. O programa será veiculado pela Rádio Senado AM, em uma parceria nova dentro da Casa, já que o ILB possui trabalhos conjuntos com a TV Senado e utiliza o canal 46 para o público interno e a mídia eletrônica (Internet e Intranet) para divulgação de seus cursos.

A radionovela terá como público-alvo os ouvintes das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Sua periodicidade, segundo a diretora da área no ILB, Denise Zaiden Santos, ainda não está definida, mas provavelmente será semanal. Ambientada em uma cidade imaginária, no interior do Brasil, o programa apresentará cinco personagens centrais que irão discutir e tentar solucionar

problemas cotidianos do cidadão que a Constituição pode elucidar.

O coordenador de projetos do ILB, Marcelo Larroyed, conta que um desses típicos moradores do interior brasileiro recorrerá a um senador ou a um especialista para obter a explicação necessária. "Cada capítulo solucionará um caso diferente", diz Larroyed. Projetado dentro de um conceito interativo, o programa divulgará, na sua parte final, o endereço eletrônico e a caixa postal para onde poderão ser encaminhadas as indagações dos ouvintes. Essas dúvidas serão solucionadas ao longo dos vários capítulos da radionovela, que também divulgará, segundo Larroyed, endereços de entidades que representam os direitos do cidadão.

Outro projeto de educação a distância do ILB para o próximo ano é uma programação específica para os deficientes visuais.

Senado nas eleições

A chamada boca-de-urna, propaganda eleitoral no dia da eleição, é proibida por lei. Embora seja muito praticada, pode resultar em detenção e multa. Veja o que diz a Lei 9.504/97: "Constituem crimes, no dia da eleição, puníveis com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no

Faltam 12 dias para as eleições

valor de cinco mil a quinze mil Ufirs, o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreta; a distribuição de material de propaganda política, inclusive volantes e outros impressos, ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor" (artigo 37, parágrafo 5º, item I).

Recado ao leitor

Nós, os senadores, temos a responsabilidade não apenas de representar o povo, fiscalizar os atos do Executivo ou legislar, mas, sobretudo, estar harmonizando os interesses de cada uma das unidades da Federação em torno da nação brasileira. Procure escolher bem os dois senadores que virão para o Senado Federal através das eleições em 6 de outubro.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Moreira defende mais apoio ao turismo

A adoção de uma política mais consistente de apoio ao desenvolvimento do turismo no Brasil precisa estar entre as prioridades do próximo governo, segundo afirmou o senador Moreira Mendes (PFL-RO), que acredita no grande retorno desse setor.

– O turismo impulsiona o desenvolvimento porque gera empregos e renda sem causar poluição, e merece investimentos públicos voltados para criar a infraestrutura básica necessária para

incentivá-lo – afirmou.

Moreira ressaltou também a necessidade de melhoria da segurança pública para incrementar o turismo, tanto o externo quanto o interno, e apontou a queda do poder de compra da população brasileira como um dos entraves ao crescimento do turismo.

– O Brasil precisa retomar o crescimento e espero que o próximo presidente tenha a visão de que o turismo impulsiona o desenvolvimento – acrescentou.



Para Moreira Mendes, setor gera emprego e renda sem causar poluição

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edson Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Saturnino quer destinar recursos para o esporte "democrático, comunitário, amador"

Saturnino pede apoio para jovem praticar esporte

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) solicitou ao governo que direcione mais recursos para projetos que estimulem a prática desportiva entre jovens moradores de comunidades carentes. Ele citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais o Brasil possui cerca de 36 milhões de crianças entre sete e 14 anos, faixa etária que o senador pretende seja atendida nesses programas.

– Essa faixa etária é considerada de grande risco social e, de acordo com as estatísticas, esses jovens, em sua maioria, estão na escola mas não têm participação em programas sociais de esporte – disse Saturnino.

O senador informou ainda que, de acordo com levantamentos feitos pela Secretaria de Esporte e Lazer do Estado do Rio de Janeiro, existem apenas 12 projetos ativos que contribuem para a criação de uma cultura de pacificação em comunidades carentes da região. Tais programas atendem mais de 100 mil crianças por semana, acrescentou o senador. O programa de iniciação desportiva da Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (Suderj) atende cerca de 12 mil crianças. Ele lamentou, no entanto, que um grande número de adolescentes ainda não tenha acesso à prática de esportes de forma orientada.

– Queremos destinar os recursos públicos, senão na sua totalidade, na sua imensa maioria, para o esporte democrático, o esporte comunitário, o esporte amador, o esporte ligado à educação, às escolas públicas e aos projetos comunitários. Isso é o que se quer – afirmou Saturnino, que criticou o fato de os governantes encaminharem os recursos públicos quase exclusivamente para os esportes de alto rendimento.

Célio Azevedo

Propostas da Comissão de Segurança devem reforçar combate à violência

Ramez Tebet e Iris Rezende fazem avaliação positiva do trabalho realizado pelos parlamentares no primeiro semestre para modernizar a legislação penal do país

O presidente do Senado, Ramez Tebet, e o presidente da Comissão Mista de Segurança Pública, senador Iris Rezende (PMDB-GO), avaliaram positivamente os resultados obtidos pelos trabalhos da comissão, que funcionou durante o primeiro semestre deste ano. Para Tebet, as medidas sugeridas pelo grupo e já aprovadas pela Casa podem ajudar a combater o crescimento da violência no Brasil. Na opinião de Iris, o intenso trabalho parlamentar em torno do assunto foi uma demonstração de que o país pode mobilizar-se para vencer o problema da criminalidade.

Tebet lembrou que, das 11 propostas encaminhadas pela comissão para o Plenário do Senado, nove já foram aprovadas, algumas das quais buscam adaptar o Código Penal aos novos crimes, como o roubo de cargas, o seqüestro-relâmpago e a clonagem de cartões de crédito e telefones celula-

res. Destacou também outra medida aprovada, que eleva de seis para oito anos de reclusão a pena mínima para crimes de homicídio.

– Eu avalio esse trabalho do Congresso Nacional como altamente produtivo para a sociedade brasileira – sintetizou o presidente do Senado.

Já o senador Iris Rezende destacou a aprovação, na comissão, da proposta de emenda constitucional que determina a unificação das polícias civil e militar em um prazo de oito anos – medida que ainda depende de votação em dois turnos no Senado e na Câmara. Ele lembrou que, no total, a Comissão Mista de Segurança Pública aprovou três propostas de emenda à Constituição e 20 projetos de lei.

– Com o trabalho da comissão,



Márcia Kallme

Comissão aprovou três propostas de emenda à Constituição e 20 projetos de lei

o Congresso presta justas contas à sociedade brasileira – afirmou Iris em discurso, ao solicitar o empenho dos deputados e senadores para votar todas as matérias relacionadas à questão da segurança pública.

Os senadores Nabor Júnior

(PMDB-AC) e Edison Lobão (PFL-MA) também elogiaram o trabalho dos parlamentares da comissão mista, destacando que as novas regras ajudarão a combater a violência no país e irão acelerar os procedimentos do Poder Judiciário.

Senado já aprovou aumento de penas e agilização de processos

- | | |
|------------------------------|--|
| Projeto de Lei nº 70 | Permite que juízes levem em consideração as provas colhidas durante a fase do inquérito policial, ou seja, antes de iniciada a ação penal. Ficam excluídas do exame judicial apenas as provas obtidas de forma ilegal ou inconstitucional. |
| Projeto de Lei nº 71 | Trata das questões relativas ao interrogatório do acusado pelo juiz, que poderá se deslocar ao presídio em casos de réus de alta periculosidade. |
| Projeto de Lei nº 72 | Torna mais rápida a fase de julgamento dos crimes de competência dos tribunais de júri. O projeto prevê que o réu absolvido em processo penal poderá ser acionado na área cível para cobrir eventuais prejuízos. |
| Projeto de Lei nº 105 | Obriga as prestadoras de serviços de celular a manter cadastro atualizado (nome, endereço, CPF e documento de identidade) dos usuários de modelos pré-pagos. A exigência vale para os celulares já habilitados. |
| Projeto de Lei nº 106 | Aumenta as penas de crimes como homicídio simples, culposo, lesão corporal, latrocínio, falsificação de cartões magnéticos e seqüestro. |
| Projeto de Lei nº 107 | Estabelece penas alternativas para crimes de pequena monta, além de penas para crimes cometidos com armas de brinquedo. |
| Projeto de Lei nº 115 | Trata do Sistema Nacional Antidrogas. Prevê, entre outros pontos, a punição para quem financia o tráfico. Os réus condenados por crimes relacionados a drogas só vão ser beneficiados com a liberdade condicional depois de cumprir 2/3 da pena. |
| Projeto de Lei nº 116 | Aumenta as penas para os crimes de corrupção passiva e ativa. |
| Projeto de Lei nº 117 | Aumenta as penas para os crimes de lavagem de dinheiro e estabelece que o Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), que fiscaliza atividades financeiras consideradas suspeitas, poderá requerer, de órgãos públicos, informações bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em negócios irregulares. |
| O QUE FALTA APROVAR | |
| Projeto de Lei nº 108 | Faz modificações na Lei nº 10.201/2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) |
| Projeto de Lei nº 118 | Dispõe sobre as organizações criminosas (como quadrilhas de traficantes de drogas e de terroristas), os meios de obtenção das provas, o procedimento criminal e as penas. |

Obs.: Todos os projetos foram apresentados em 2002. As propostas aprovadas ainda terão que passar pela Câmara dos Deputados.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado

Hartung quer exportação do Brasil para novos mercados

Ele argumenta que adoção dessa estratégia é passo fundamental para o equilíbrio do balanço de pagamentos e a retomada do crescimento

A busca de acesso a novos mercados para os produtos brasileiros é apontada pelo senador Paulo Hartung (PSB-ES) como passo fundamental para o equilíbrio do balanço de pagamentos e a retomada do crescimento econômico. Ele afirmou que a má situação das contas externas tem tornado o país muito vulnerável.

— Sempre que existe uma crise internacional, como as provocadas pela situação da Argentina ou da Turquia, a nossa economia pára de crescer. Isso é prejudicial ao emprego e à renda do brasileiro, e precisamos superar essa situação — afirmou o senador.

Na opinião de Paulo Hartung, para que o país supere o problema é necessário substituir importações, produzindo muitos itens do que atualmente importa. Além disso, pondera o senador,



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Paulo Hartung lembra que sempre que há crise internacional economia brasileira pára de crescer

o governo brasileiro precisa direcionar as suas exportações para o mundo inteiro, mediante o acesso a novos mercados.

O parlamentar acredita que o aumento do superávit comercial do Brasil, até o momento calculado em US\$ 7 bilhões, deve ser

um objetivo de todo governo. Na sua opinião, o fortalecimento do Mercosul — bloco comercial formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai — pode ser um bom caminho para o aumento da presença brasileira no cenário internacional.



Autor de projetos sobre o assunto, Waldeck Ornélas (E) foi convidado por Robert Plant a participar de encontro

OIT se une ao esforço do Senado para acabar com trabalho escravo no país

O diretor do Programa Internacional de Combate ao Trabalho Escravo, Robert Plant, em visita ontem ao Congresso Nacional, convidou o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) a participar da 1ª Jornada de Debates sobre o Trabalho Escravo, que se realiza hoje e amanhã em Brasília, no auditório do Superior Tribunal de Justiça. O encontro será aberto às 9h pelo presidente do Supremo Tribunal Fe-

deral, Marco Aurélio Mello.

Plant, que estava acompanhado de Patrícia Audi, coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Forçado no Brasil, informou que a OIT — à qual é vinculado o programa internacional — está investindo US\$ 1 milhão no combate à servidão no país. Ele ressaltou a importância de mudanças da legislação para o setor e elogiou as iniciativas do senador Waldeck Ornélas, nes-

se sentido.

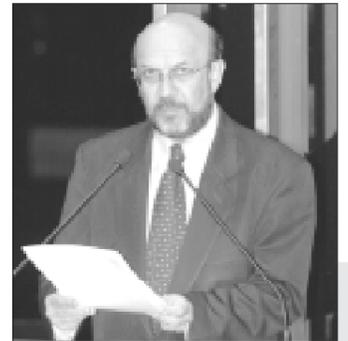
Proposta de emenda constitucional de autoria de Waldeck Ornélas estabelece que “o crime de reduzir alguém a condição análoga à de escravo deverá ser julgado por juízes federais”. O senador também é autor de projeto que altera o Código Penal para melhor definir o crime de “trabalho forçado”. Segundo ele, a própria OIT tem feito críticas à legislação brasileira.

Proposta que isenta doação fortalece luta contra pobreza

Está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que isenta de impostos indiretos as doações de mercadorias e serviços feitas por empresas privadas às entidades sem fins lucrativos de assistência social.

A proposta acrescenta item ao parágrafo VI do art. 150 da Constituição, que dispõe sobre as circunstâncias em que é proibida a instituição de impostos. Se aprovada, a nova regra só contemplará entidades beneficentes registradas nos órgãos federais competentes, desde que as mercadorias e os serviços forem utilizados em projetos e atividades visando contribuir para erradicar a pobreza e a marginalização social.

Lando argumenta, em seu parecer, que ao realizarem uma doação “as empresas são duplamente oneradas: pelo custo dos produtos doados e também pelos impostos indiretos da União, dos estados e dos municípios, que incidem sobre os



Ricardo Santos afirma que seu projeto corrige distorção que inibe a prática de doações

produtos e serviços transferidos às instituições carentes”.

Por sua vez, Ricardo Santos resalta que a situação de desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira fez surgir milhares de entidades assistenciais que prestam relevantes serviços e sobrevivem graças ao trabalho voluntário e ao apoio financeiro ou material da sociedade.

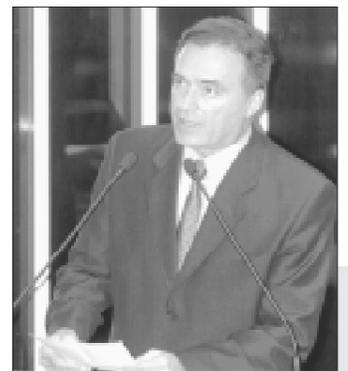
— O projeto procura corrigir distorção que dificulta e até inibe a prática de doações das empresas privadas, concedendo imunidade de impostos indiretos aos bens e serviços oferecidos às instituições — afirma ele.

Salário-educação poderá ser enviado direto a municípios

Projeto de lei de autoria do senador Álvaro Dias (PDT-PR) estabelece que os municípios deverão receber os recursos do salário-educação diretamente da União, como acontece com a verba do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). A proposta já foi aprovada pela Comissão de Educação do Senado.

Pelo atual sistema, a União recebe 1/3 dos recursos do salário-educação, cabendo aos estados os 2/3 restantes. O parlamentar destaca que somente metade da cota estadual é repartida com as prefeituras, de acordo com o número de alunos matriculados nas escolas estaduais e municipais. A outra metade, segundo ele, muitas vezes tem beneficiado apenas a rede estadual ou é redistribuída aos municípios “freqüentemente por critérios político-partidários”.

Pelo projeto, os municípios receberão recursos do salário-educação na proporção dos estudantes que mantêm nas escolas. O senador assegurou que essa nova modalidade de repas-



Proposta de Álvaro Dias acaba com intermediação dos estados no repasse dos recursos

se fará com que os recursos destinados aos municípios sejam multiplicados por dois, beneficiando as condições de atendimento no setor educacional.

Com a nova repartição de recursos, conforme Álvaro Dias, os municípios deverão assumir inteiramente a responsabilidade em relação ao ensino fundamental. A adoção desse novo critério faz-se necessária, na avaliação do senador, porque a administração descentralizada é mais eficiente.